



CONCURSO PÚBLICO - Nº 01/2023

RETIFICAÇÃO Nº 02 – Ao Edital 01/2023

A Comissão Organizadora do Concurso Público e o INSTITUTO IBDO PROJETOS, tornam pública a RETIFICAÇÃO Nº 02 ao Edital 01/2023, permanecendo inalterados os demais itens do referido edital:

1º - Onde se lê:

191	Professor Docente I (Ciências)		16 Horas	CR	-	R\$ 2.729,11	R\$ 93,00
-----	--------------------------------	--	----------	----	---	--------------	-----------

Leia-se:

191	Professor Docente I (Ciências)	Curso de Nível Superior de Licenciatura Plena na disciplina específica.	16 Horas	CR	-	R\$ 2.729,11	R\$ 93,00
-----	--------------------------------	-------------------------------------------------------------------------	----------	----	---	--------------	-----------

2º - Inclui-se:

204	Técnico de Laboratório	Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área + Registro no Órgão de Classe	24 Horas	CR	-	R\$ 2.037,20	R\$ 80,00
-----	------------------------	-----------------------------------------------------------------------------	----------	----	---	--------------	-----------

.....

2.12. Será facultado ao candidato, inscrever-se para mais de um cargo, desde que não haja coincidência nos turnos de aplicação das Provas Objetivas, a saber:

TURNOS DE APLICAÇÃO DE PROVA (1º FINAL DE SEMANA)	
HORÁRIO	CARGO
MANHÃ	Agente Administrativo (IPSJ) Agente Comunitário de Saúde (Todas as microáreas) Analista Previdenciário (IPSJ) Atendente de Consultório Dentário Auxiliar de Laboratório Contador (IPSJ) Inspetor de Alunos



PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



	Psicopedagogo Técnico em Controle Interno (IPSJ) Técnico em Enfermagem I Professor Docente I (Ciências) Professor Docente I (Educação Física) Professor Docente I (Geografia) Professor Docente I (História) Professor Docente I (Letras - Inglês) Professor Docente I (Letras - Português) Professor Docente I (Matemática) Professor Docente I (Artes)
TARDE	Orientador Educacional Técnico em Enfermagem II Auxiliar de Turma Agente Administrativo Professor de Educação Infantil Técnico de Controle Interno Técnico de Laboratório Técnico em Eletroencefalograma Técnico em Imobilização Técnico em Radiologia Técnico em Segurança do Trabalho

.....

Cargo de Ensino Médio Completo: Agente Administrativo, Agente Administrativo (IPSJ), Agente Ambiental, Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate as Endemias, Agente de Defesa Civil, Agente Fiscal de Saúde Pública, Auxiliar de Educação Especial Inclusiva, Cuidador, Guarda Civil Municipal, Inspetor de Alunos, Técnico de Controle Interno, **Técnico de Laboratório**, Técnico em Eletroencefalograma, Técnico em Enfermagem I, Técnico em Enfermagem II, Técnico em Imobilização, Técnico em Radiologia e Técnico em Segurança do Trabalho.

DISCIPLINA	QUANTIDADE DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
LÍNGUA PORTUGUESA	10	2	20
CONHECIMENTOS GERAIS	10	2	20
LEGISLAÇÃO	10	2	20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	20	3	60
TOTAIS	50		120



.....

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DESCRIÇÃO SINTÉTICA

TÉCNICO DE LABORATÓRIO

- I – efetuar a coleta de material, empregando as técnicas e os instrumentos adequados;
- II – manipular substâncias químicas, físicas e biológicas, dosando-as conforme especificações, para a realização dos exames requeridos;
- III – realizar exames hematológicos, de urina e outros, aplicando técnicas específicas e utilizando aparelhos e reagentes apropriados, a fim de obter subsídios para diagnósticos clínicos;
- IV – registrar resultado dos exames em formulários especificados, anotando os dados e informações relevantes, para possibilitar a ação média;
- V – orientar e supervisionar seus auxiliares, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos;
- VI – zelar pela conservação dos equipamentos que utiliza;
- VII – controlar a material de consumo do laboratório, verificando o nível de estoque para, oportunamente, solicitar ressurgimento;
- VIII – fazer análise físico-químicas, bacteriológicas e hidrobiológicas no material coletado, a fim de verificar se o mesmo está dentro dos parâmetros oficialmente adotados pelo Departamento de Água e Esgoto da Prefeitura, para o controle de qualidade;
- IX – preparar ou orientar a preparar de soluções para a limpeza dos equipamentos utilizados nas análises;
- X – supervisionar o registro das amostras recebidas no laboratório para posterior análise; XI – efetuar análise nos filtros, decantadores e nos produtos químicos que serão utilizados no processo de tratamento da água e do esgoto;
- XII – preparar meios de cultura e tubos de diluição para ensaios bacteriológicos;
- XIII – elaborar relatórios das análises efetuadas;
- XIV – treinar o pessoal sob sua responsabilidade, zelando pela segurança no manuseio dos equipamentos e do material químico utilizado nas tarefas de laboratórios;
- XV – supervisionar e orientar os trabalhos executados pelos Auxiliares de laboratórios; XVI – inspecionar a limpeza do laboratório, a guarda e a esterilização dos equipamentos utilizados nas análises;
- XVII – executar outras atribuições afins.

.....

ANEXO II - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TÉCNICO DE LABORATÓRIO

Biossegurança: esterilização e desinfecção, desinfetantes, níveis de biossegurança, descarte de material biológico, manuseio e transporte de amostras, equipamentos de contenção, equipamento de proteção individual e coletivo. Microbiologia. Meios de cultura utilizados na rotina bacteriológica. Colaboração de rotina. Microscopia. Semeio. Coleta de secreções e de linfa. Bioquímica. Obtenção de amostra (sangue, soro, plasma e urina). Anticoagulantes. Métodos analíticos aplicados à bioquímica. Controle de qualidade aplicado à bioquímica. Hematologia. Coleta de sangue. Anticoagulantes. Esfregaços e técnicas de coloração de sangue periférico. Hemossedimentação, hemograma, grupos sanguíneos, fator RH, provas de hemostasia e célula LE: determinação e técnicas utilizadas. Parasitologia: Coleta de material.



Fixadores. Conservadores. Técnica para diagnóstico das protozooses e helmintíases intestinais. Imunologia/hormônio. Coleta de sangue. Proteínas de fase aguda, marcadores virais: metodologia. VDRL e HIV. Hormônios da tireóide e fertilidade: principais e metodologia. Controle de qualidade aplicado à imunologia. Urinálise: sumário de urina; planoteste. Ética profissional.

3º - Inclui-se:

6.1.2.7. Os aprovados que vierem a ingressar na Guarda Civil Municipal do Município de Silva Jardim, deverão participar de Curso de Formação Profissional, de caráter ELIMINATÓRIO e CLASSIFICATÓRIO, de acordo com a Matriz Curricular Nacional para formação de Guardas, do Ministério de Segurança Pública, parte integrante do estágio probatório do ingressante, sob responsabilidade da Município de Silva Jardim. A convocação dos aprovados para participação desta etapa, ocorrerá através de edital próprio.

4º - Onde se lê:

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO (IPSJ)

Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Administrativo. Regimes previdenciários no Brasil. Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Segurados, dependentes e beneficiários do RPPS. Benefícios mínimos e máximos do RPPS. Fontes de custeio previdenciário. Contribuição dos segurados, dos aposentados e pensionistas. Contribuição patronal. Contribuinte facultativo. Contribuição mediante opção. Piso e teto dos benefícios. A manutenção dos benefícios previdenciários. Benefícios previdenciários a cargo do RPPS municipal. Aposentadoria especial do servidor público. Abono de permanência. Cadastramento e recadastramento dos servidores. Avaliação atuarial. Normas ministeriais aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais. Contagem recíproca de tempo de contribuição. Participação dos segurados nos órgãos de administração previdenciária, suas competências e responsabilidades. Política de Investimentos, aplicação dos recursos previdenciários do RPPS e o seu Comitê de Investimentos. Certificado de Regularidade Previdenciária. Compensação previdenciária. Emissão de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC pelo RPPS. Regras permanentes e regras de transição de concessão de aposentadoria. Prescrição e decadência de direitos previdenciários. A orientação e a fiscalização dos RPPS. O Processo Administrativo Previdenciário no âmbito ministerial para julgamento de irregularidades em RPPS. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei de Crimes contra as Finanças Públicas. Lei de Crimes contra a Previdência. Direito Previdenciário: Constituição Federal, Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005, nº 70/2012 e nº 80/2015, nº 88/2015 e nº 103/2019. Leis Ordinárias: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. Lei Complementar nº 101/2000. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001. Instruções Normativas, Orientações Normativas e Portarias – órgãos superiores. Lei nº 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências: Título I – Da Finalidade e dos Princípios Básicos da Previdência Social; Título II – Do Plano de Benefícios da Previdência Social – Capítulo Único – Dos Regimes de Previdência Social; Título III – Do Regime Geral de Previdência Social – Capítulo I (Dos Beneficiários – Seção I – Dos Segurados; Seção II – Dos Dependentes), Capítulo II (Das Prestações em Geral – Seção I – Das Espécies de Prestações; Seção IV – Do Reajustamento



do Valor dos Benefícios; Seção V – Dos Benefícios – Da Aposentadoria por Invalidez, Da Aposentadoria por Idade, Da Aposentadoria por Tempo de Serviço, Da Aposentadoria Especial. Lei nº 9.796/1999, que dispõe sobre a compensação financeiras entre o RGPS e os RPPS's. Decreto nº 10.188/2019 que regulamenta a Lei nº 9.796/1999. Lei Complementar nº 109/2001 – Dispõe sobre o regime de Previdência Complementar. Portaria MTP nº 1.467/2022 atualizada. Noções de Informática.

Leia-se:

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO (IPSJ)

Lei Municipal nº 161/2022 (Adequação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Silva Jardim). Lei Municipal nº 142/2018 (Regime Jurídico do Pessoal do Magistério Público Municipal). Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Administrativo. Regimes previdenciários no Brasil. Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Segurados, dependentes e beneficiários do RPPS. Benefícios mínimos e máximos do RPPS. Fontes de custeio previdenciário. Contribuição dos segurados, dos aposentados e pensionistas. Contribuição patronal. Contribuinte facultativo. Contribuição mediante opção. Piso e teto dos benefícios. A manutenção dos benefícios previdenciários. Benefícios previdenciários a cargo do RPPS municipal. Aposentadoria especial do servidor público. Abono de permanência. Cadastramento e recadastramento dos servidores. Avaliação atuarial. Normas ministeriais aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais. Contagem recíproca de tempo de contribuição. Participação dos segurados nos órgãos de administração previdenciária, suas competências e responsabilidades. Política de Investimentos, aplicação dos recursos previdenciários do RPPS e o seu Comitê de Investimentos. Certificado de Regularidade Previdenciária. Compensação previdenciária. Emissão de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC pelo RPPS. Regras permanentes e regras de transição de concessão de aposentadoria. Prescrição e decadência de direitos previdenciários. A orientação e a fiscalização dos RPPS. O Processo Administrativo Previdenciário no âmbito ministerial para julgamento de irregularidades em RPPS. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei de Crimes contra as Finanças Públicas. Lei de Crimes contra a Previdência. Direito Previdenciário: Constituição Federal, Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005, nº 70/2012 e nº 80/2015, nº 88/2015 e nº 103/2019. Leis Ordinárias: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012. Lei Complementar nº 101/2000. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001. Instruções Normativas, Orientações Normativas e Portarias – órgãos superiores. ~~Lei nº 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências: Título I – Da Finalidade e dos Princípios Básicos da Previdência Social; Título II – Do Plano de Benefícios da Previdência Social – Capítulo Único – Dos Regimes de Previdência Social; Título III – Do Regime Geral de Previdência Social – Capítulo I (Dos Beneficiários – Seção I – Dos Segurados; Seção II – Dos Dependentes), Capítulo II (Das Prestações em Geral – Seção I – Das Espécies de Prestações; Seção IV – Do Reajustamento do Valor dos Benefícios; Seção V – Dos Benefícios – Da Aposentadoria por Invalidez, Da Aposentadoria por Idade, Da Aposentadoria por Tempo de Serviço, Da Aposentadoria Especial.~~ Lei nº 9.796/1999, que dispõe sobre a compensação financeiras entre o RGPS e os RPPS's. Decreto nº 10.188/2019 que regulamenta a Lei nº 9.796/1999. Lei Complementar nº 109/2001 – Dispõe sobre o regime de Previdência Complementar. Portaria MTP nº 1.467/2022 atualizada. Noções de Informática.



PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SILVA JARDIM
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



5º - Exclui-se o item 9.2.

O Edital nº 01/2023 devidamente consolidado com as alterações realizadas e outros ajustes necessários, encontra-se disponível no endereço eletrônico www.ibdoprojetos.org.br.

Silva Jardim, 22 de janeiro de 2024.

INSTITUTO IBDO PROJETOS

Comissão Organizadora do Concurso Público